

Europeização e/ou Africanização da Espanha Medieval: Diversidade e unidade cultural europeia em debate

Aline Dias da SILVEIRA*

Resumo: Os conflitos políticos e sociais dos últimos anos na Europa, como os com a imigração e o terrorismo, orientam muitas questões levantadas pelas ciências humanas na atualidade. No que se refere à medievalística, muitas obras e projetos europeus apresentam a discussão em torno da diversidade cultural europeia, a qual pode ser fundamentada desde a Idade Média através do convívio e trocas culturais entre cristão, judeus e muçulmanos. No centro destas discussões, está a crítica à idéia de centro e periferia dentro da própria Europa e no mundo, além da reflexão sobre conceitos de europeização e africanização, utilizados pela historiografia europeia desde a primeira metade do século XX até poucos anos atrás. Neste artigo, serão apresentadas, à luz da Nova História Cultural Alemã (Neue Kulturgeschichte), algumas críticas aos conceitos de europeização, africanização, centro, periferia e unidade cultural na Idade Média europeia. Questões estas que acaloram os debates na Alemanha atual.

Palavras-chave: Europeização; Africanização; Espanha medieval; Nova História Cultural Alemã.

* Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora pela Universidade Humboldt de Berlim (HU) com bolsa de Doutorado Integral no Exterior concedida pelo CNPq. Philosophische Fakultät I – Institut für Geschichtswissenschaften – Mittelalterliche Geschichte I – Humboldt Universität zu Berlim – HU – 10099 – Berlim – Alemanha. E-mail: noctiluca_br@yahoo.com.br

As notícias que chegam ao Brasil sobre os problemas e conflitos pertinentes à imigração e ao terrorismo na Europa, bem como, às discussões entorno da entrada da Turquia na União Européia, ainda não retratam a real tensão social e política nesses países. Esta situação, no entanto, pode ser observada nas últimas publicação e republicações de trabalhos acadêmicos na área das ciências humanas, os quais trazem em seus títulos – quase como regra – as palavras “identidades”, “valores” e “culturas” da Europa, remetendo, necessariamente, à diversidade européia. Por este caminho, a academia responde ao conservadorismo político, que parece tentar definir e “petrificar” uma identidade européia que se diferencie da imagem do “outro”, daqueles que “não pertencem à cultura européia”.

Alguns trabalhos acadêmicos logram transcender conceitos estabelecidos na primeira metade do século XX, como os conceitos de europeização e africanização da Espanha, que encerram a idéia de centro e periferia também dentro da própria Europa. A questão essencial neste caso é a seguinte: o que deveria ser definido como “europeu” para que fosse possível falar de uma Europeização da Espanha? O trabalho a seguir pretende apresentar e problematizar os conceitos de europeização e africanização empregados para o caso da Espanha medieval, através da análise do trabalho de Antonio Ubieto, *Introducción a la Historia de España* (1965). O segundo objetivo deste trabalho é tratar a problemática destes conceitos à luz de trabalhos da historiografia alemã recente, que defendem a diversidade na cultura européia.

No que se refere à Espanha medieval, os conceitos de europeização e africanização foram primeiramente empregados por Antonio Ubieto Arteta. Segundo este autor, tanto a europeização como a africanização estão inseridas em um processo de modernização da Espanha, o qual teria seu início no século XI, a considerar a “abertura” da Espanha à forma de viver e instituições oriundas da Europa e da África (UBIETO, 1965:100-101). O principal fator impulsionador deste processo apontado por Ubieto seria, no entanto, um elemento interno:

as *parias*. Essas consistiam em tributos pagos em ouro pelos reis muçulmanos dos *taifas* (pequenos reinos muçulmanos localizados no sul da Península Ibérica) aos reinos cristãos do norte para que as relações pacíficas fossem mantidas.

A partir do século XI, este ouro teria proporcionado o desenvolvimento político e econômico dos reinos espanhóis cristãos e financiado o avanço bélico do norte cristão sobre o sul muçulmano, movimento que ficou conhecido como a Reconquista. Antonio Ubieto menciona o crescimento do comércio na região, o conseqüente desenvolvimento das cidades, a introdução do estilo românico na Espanha cristã e o desenvolvimento político como indicadores do processo de modernização da Espanha medieval. Porém, o autor não se refere apenas aos aspectos positivos desta modernização, ele afirma que tal processo também trouxe conseqüências infelizes, como o rompimento da “unidade” espanhola, e por este caminho, o surgimento de duas Espanhas antagônicas: a muçulmana e a cristã (UBIETO, 1962: 100). A europeização da Espanha também significa para Ubieto a introdução de costumes europeus no âmbito religioso e cultural da Península Ibérica. Por exemplo, a troca da liturgia visigótica pela romana, a execução das decisões oriundas do sínodo de Latrão (1059) e expansão da regra beneditina, especificamente, da cluniacense. A Espanha cristã teria vivido alheia aos problemas europeus desde o século VIII até o século X, quase inexistindo relações entre a igreja visigótica e a romana, sendo que, a maioria dos mosteiros na Península seguia o culto visigótico e sua liturgia. A desaprovação do culto visigótico pela igreja romana pode ser atestada nas atas do concílio de Coyanza (1055), as quais descrevem o comportamento pouco recomendável de religiosos. (UBIETO, 1965: 109; GARCÍA, 1951: 25-39; 1950: 275-633).

A partir de 1071 propagou-se, em toda Espanha cristã, a presença dos monges cluniacenses. Primeiro, foram ocupados os mosteiros mais importantes de cada reino, logo depois, seus monges tornaram-se bispos. Desta forma, sem exceção conhecida, no final do século XI, todas as sedes episcopais foram ocupadas por bispos cluniacense, principalmente de origem

francesa. O conflito entre os religiosos locais e estrangeiros tornou-se drástico e durou até o século XII, sendo que a insatisfação e a resistência aos novos monges cluniacenses foram também expressas nas lendas locais. Uma destas lendas narra que em Burgos foram jogados na fogueira o livro da liturgia hispânica e o livro da liturgia romana. O da liturgia hispânica soltou para fora da fogueira e o da romana queimou até o fim (UBIETO A, 1965: 111).

A conseqüente troca da liturgia hispânica pela romana trouxe outras importantes transformações. Pois, o fato da liturgia hispânica e outros textos ibéricos estarem escritos em letras visigóticas, as quais os monges franceses não conseguiam ler, levou à implantação da letra carolíngia na Espanha através da liturgia romana. Desta forma, teria se perdido uma grande parte dos textos e, junto a esses, da cultura visigótica. Por esta razão, Ubieto conclui que a europeização da Espanha também trouxe consigo a perda da cultura isidoriana. (UBIETO, 1962: 109).

Apesar das interpretações de Ubieto terem se tornado um marco na historiografia que trata da Espanha medieval, o problema dessas reside na busca de explicações unidirecionais. Em outras palavras, identificam apenas o movimento de um centro irradiador para uma periferia passiva, sem evidenciar as trocas culturais. Pois, se por um lado, Ubieto evidencia as especificidades da história espanhola, por outro, não rompe completamente com a idéia de um centro europeizador, representado pelo Império Carolíngio.

O historiador alemão Klaus Herbers percebe nos argumentos de Antonio Ubieto uma resposta espanhola às interpretações de pesquisadores franceses, os quais explicam a transição do século XI para o século XII na Espanha unicamente com a influência francesa (Herbers, 2002: 20). Herbers toma como exemplo de tais interpretações o livro de Marcelin Defourneaux "*Les Français en Espagne au XIe et XIIIe siècles*" (DEFOURNEAUX, 1949). Neste trabalho, aparecem quase todas as inovações espanholas daquele período como sendo repercussões da cultura da "*Grande Nation*". No entanto, a crítica do historiador alemão evidencia que tanto os processos

exemplificados na obra de Defourneaux, quanto suas citações, não poderiam simplesmente ser vinculados à atual França, pois denominações como *itali*, *theutoni*, *Burgundi* e *Lotharingi*, a influência papal ou os costumes romanos não deveriam ser encerrados unicamente na designação "*Les Français em Espagne*" (HERBERS, 2002: 20). Herbers reconhece que os reinos cristãos do norte da Península Ibérica necessitavam de reformas legislativas de base, a considerar o contexto do repovoamento das regiões conquistadas e da organização de novos governos. Para tanto, os reinos ibéricos poderiam ter utilizado modelos legislativos do outro lado dos Pireneus. O problema, no entanto, está em caracterizar este processo e desenvolvimento com a problemática denominação "europeização da Espanha" (*Europäisierung Spaniens*), como se a Espanha ou a Península Ibérica não pertencessem à Europa anteriormente.

De fato, a idéia de Europeização não deixa de representar um discurso historiográfico excludente. Qual seria, então, a alternativa de análise? No âmbito cultural, quando se analisa as trocas realizadas pelos diversos agentes mediadores (comerciantes, guerreiros, viajantes, intelectuais e muitos outros membros da sociedade medieval), constata-se o movimento cultural que foi impulsionado em diversas direções. Movimento que transcendeu espaços e conflitos religiosos e políticos. Por isso, sugiro que deveríamos olhar para estes processos como redes de relações multidirecionais, a romper com a visão bifocal de centro e periferia

Em relação à Africanização da Espanha Medieval, Antonio Ubieto inicia sua explicação sobre este processo com a seguinte frase: "*Mientras los cristianos se relacionaban con lo europeo, los musulmanes peninsulares se africanizaban*". Esta africanização teria iniciado com a entrada dos almorávidas em Andaluzia. O povo almorávida era constituído pelo conjunto de tribos berberes nômades, unidas pelos rigorosos ensinamentos sunitas de Abdalah Ibn Yasin, de influência maliquita. Estas tribos conquistaram o norte da África e grande parte da Península Ibérica, chegando à Espanha a pedido do rei muçulmano de Sevilha que, por ocasião da tomada de Toledo pelos cristãos sob

a liderança de Afonso VI (1085), vê no apoio das tropas muçulmanas africanas a única alternativa de resistência aos cristãos. Os almorávidas chegaram em campanha de guerra contra Afonso VI em 1086, derrotando os cristãos na Batalha de Sagrañjas, acontecimento que, na opinião de Ubieta, fundamenta o início da africanização da Espanha.

Os almorávidas não pretendiam, porém, voltar à África. Assim, em um curto espaço de tempo (até 1092), consolidaram seu poder no sul da Península Ibérica através da anexação dos reinos-taifas. A relação entre berberes almorávidas e andaluzes não se configurou de forma pacífica. Os norte-africanos passaram de convidados a indesejados senhores. Nas fontes andaluzas, os almorávidas são descritos como analfabetos incultos e rudes criadores de gado. Autores evidenciam que a rigorosidade dos ensinamentos impostos pelos almorávidas conduziu as cidades andaluzas ao protesto e à resistência, chegando a afirmarem que esta rigorosidade destruiu a antiga cultura oriental que vinha sendo resguardada desde o Califado de Córdoba (UBIETO, 1962: 113). Em relação a este fato, a obra *Historia Arabum* do arcebispo de Toledo, Rodrigo Jiménez de Rada (1170-1247), é digna de nota. Neste trabalho, no qual foram utilizadas fontes árabes, os almorávidas e os almohadas são descritos como rudes estrangeiros em contraste com os cultos muçulmanos da "*Hispania*", os do Emirado e Califado Omeida (RODRIGO JIMENEZ, 1974: 27, 30).

A hostilidade em relação aos almorávidas (tanto por parte dos cristãos como por parte dos muçulmanos) consiste em mais um argumento para Ubieta. Esse defende que a intransigente africanização e a europeização da Espanha medieval promoveram o crescimento de um sentimento de cruzada anti-muçulmano, o qual teria conduzido Espanha ao mais violento conflito entre cristãos e muçulmanos, conhecido como a Reconquista (UBIETO, 1962: 113-114).

No entanto, a divisão da Península Ibérica em duas partes (uma cristã ao Norte e uma muçulmana ao sul), mesmo que legítima pela perspectiva política e também para fins de Estudos, não pode servir como única explicação para a formação

cultural desta região. As trocas culturais na Península Ibérica - e na região mediterrânica em geral - foram tão intensas que a categorização e a identificação de elementos culturais próprios de uma determinada cultura dificilmente serão absolutas. A convivência entre muçulmanos espanhóis e norte-africanos em Andaluzia não consistiu na dominância da cultura andaluza no Magreb, bem como não evidencia a supremacia dos ensinamentos almorávidas. Trata-se, neste caso, de um tipo de entrelaçamento, que deu origem a um novo desenvolvimento e ao surgimento de espaços de liberdade e de conflitos.

Existem dois aspectos importantes na problemática dos conceitos de europeização e africanização a considerar: O primeiro é óbvio: seria problemático e ilógico europeizar uma parte da Europa, no caso, a Península Ibérica. A denominação europeização traz implícito que a Espanha não pertenceria à Europa antes do século XI. Onde se situa o centro e onde jaz a periferia da Europa, parece estar claro para aqueles que utilizam este conceito. Mesmo em nossos dias, não é possível negar o poder político do eixo franco-germânico, porém, a considerar a multiculturalidade destes países, é muito difícil definir absolutamente, quais seriam as influências culturais que os formam.

O segundo aspecto a considerar é que o conceito de africanização tende a enfatizar a forte influência dos almorávidas e almohadas na Espanha, ignorando as trocas culturais. No entanto, o trabalho de orientalistas tem mostrado que a cultura muçulmana andaluz também se fez presente no espaço norte-africano (HAARMANN, 2001). Neste caso, se trataria de uma hispanização da África ou de uma africanização da Espanha? Como afirmei anteriormente, tanto um processo, como o outro não consegue definir a realidade das trocas culturais nas regiões mediterrânicas, pois essas trocas ocorreram em diversos sentidos e direções.

Para além destas questões, ainda permanece a pergunta: em qual pressuposto teórico ou ideológico poderiam se basear os paradigmas de uma europeização ou africanização? Frequentemente, é utilizado o termo europeização como

sinônimo de modernização ou ocidentalização. Com isso, europeização designa, muitas vezes, a expansão européia, como no tempo da colonização, mas também, em consequência desta expansão, o processo de europeização do mundo. Esta categorização serve, na maioria das vezes, para a exaltação da superioridade cultural de um centro e dos processos “sofridos” pelas regiões ditas “periféricas”.

Em relação à Península Ibérica, uma alternativa para tais discursos seria uma orientação metodológica, que tratasse do contexto medieval ibérico em seus diferentes níveis e intercâmbios culturais. Tal orientação foi desenvolvida em outros idiomas sob os conceitos de *transfer culturels*, *cultural exchange* e, dentro da Nova História Cultural Alemã, sob o conceito de *Kulturaustausch* (BURKE, 2000: 09). De acordo com estes conceitos, não se deveria falar de importação ou exportação de elementos culturais, mas do surgimento de novos sistemas em uma longa duração.

Quando se analisa a problemática exposta anteriormente pela perspectiva da Nova História Cultural Alemã, é imprescindível o questionamento da idéia de uma unidade no espaço cultural, definida por um centro irradiador. Pois, se existiu ou existe uma unidade cultural na Europa, essa está longe de ser uniforme. Muito mais próximo às informações presentes nos testemunhos históricos, está a diversidade, as diferenças interconectadas dentro de um processo de colaboração, conflito, rompimento e transformação, o qual constituiu e constitui as trocas culturais. Muitas inovações e contribuições das experiências medievais não podem ser explicadas através de uma linha evolutiva de desenvolvimento, legitimando questões nacionais ou regionais e colocando os casos “destoantes” à margem de supostos cânones. Tanto aquelas inovações como muitas questões regionais precisam ser entendidas através do intercâmbio cultural, o qual pode ser melhor visualizado através da imagem de uma grande rede de relações, onde as trocas acontecessem em diversas direções. Assim, através do conceito de intercâmbio cultural (*Kulturaustausch*), é aberta a chance para a discussão crítica

entorno da idéia de uma única cultura nacional ou regional, pois o entendimento das trocas culturais exige a percepção e a aceitação da diversidade e de suas causas, bem como suas conseqüências.

Na mesma linha de pesquisa que Herbers, um outro pesquisador alemão, Michael Borgolte, analisa diferentes opiniões da Historiografia atual em relação ao debate sobre a "unidade histórica da Europa" (BORGOLTE, 2005: 117-163). Ele sustenta, de forma categórica, que a idéia de unidade é simplesmente insustentável. Seria tarefa do pesquisador organizar a variedade dos acontecimentos e dar-lhe uma unidade (BORGOLTE, 2005: 124). Segundo Borgolte, a História trabalha com um projeto hipotético de unidade, e não com uma unidade de dimensão objetiva. Esta pensada unidade será sempre imperfeita e não pode permanecer sem alternativas. Para além das contradições que toda concepção de unidade traz consigo, existe ainda a pluralidade dos conceitos de unidade. A partir desta perspectiva, a ciência histórica não poderia aspirar conhecer a "história da Europa", mas sim as "histórias dentro da Europa". Em outras palavras, a história deveria buscar situações e processos, os quais, especialmente por suas inevitáveis distorções, provocassem a reflexão sobre suas contradições (BORGOLTE, 2005: 124), a evitar a homogeneização generalizante. Borgolte afirma em sua crítica que, de acordo com o debate teórico da atual ciência histórica, a diversidade da Europa não é esquecida em nome da unidade, mas a diversidade dos acontecimentos em diferentes espaços históricos é vista freqüentemente como um fenômeno divergente. Recentemente, enfatiza o autor, a pesquisa histórica na Europa redescobriu as diferenças na história europeia. Esta consciência de diferença e diversidade teria sido construída já na Idade Média através dos conflitos entre os seguidores das três religiões monoteístas, de forma que, não seria mais possível encobri-la com o véu de uma sedutora unidade (BORGOLTE, 2005:163).

A Península Ibérica medieval oferece um claro e expressivo exemplo das trocas culturais na Europa entre as três religiões monoteístas, às quais Borgolte se refere. Pois, em nenhum lugar

da Europa viveram tantos muçulmanos, judeus e cristãos juntos e, exatamente por este motivo, a Península nos apresenta tantos exemplos de contradição, como tolerância e rechaço, cooperação e perseguição, respeito e desprezo, alianças e guerras, testemunhos claros da diversidade europeia. A história da Península Ibérica, uma história da Europa, apresenta também os resultados do contato entre as três culturas monoteístas: entrelaçamento, apropriação, concorrência e, em conseqüência disso, a diferenciação perante o outro, ou seja, a construção de identidades. Por esta perspectiva, o conceito de europeização da Espanha perde completamente sua legitimidade, considerando que, tanto o cristianismo, como o judaísmo e o islã contribuíram para a construção dos valores e da(s) cultura(s) europeia(s). E o conceito de europeização apresentado acima define a tradição cristã romana (representada pelo império carolíngio) como sendo o centro referencial da cultura europeia, em contraste com a tradição cristã visigótica e a tradição árabe.

Em relação ao termo africanização, não é suficiente a origem berbere norte-africana dos almorávidas, que em alguns momentos estreitou a relação entre os muçulmanos da Espanha e os do outro lado do estreito, ou o decréscimo da tolerância na região de Andaluzia, para afirmar a existência de uma africanização da Espanha. Argumento que embasa minha afirmação é a rápida assimilação almorávida do sistema de governo andaluz (UBIETO, 1962: 113), bem como, que intelectuais, administradores e arquitetos andaluzes passaram a ser muito requisitados na corte e administração almorávida (SINGER, 2001: 298). Além disso, a arquitetura no norte da África é um testemunho do emprego do estilo andaluz nas edificações almorávidas posteriores, especialmente, nos palácios dos governadores e nas mesquitas de Algier e Tlemcen no Magreb (SINGER, 2001: 298).

Defendo a opinião que culturas estão em constante movimento, o qual é impulsionado pelos processos de trocas culturais, sejam estas trocas pacíficas ou conflituosas. Por este motivo, é problemático falar de uma europeização do lado cristão da Península ou uma africanização do lado muçulmano, pois

ambos os conceitos descrevem uma via com uma única direção, já o conceito de trocas culturais aponta para processos multidirecionais.

Os conceitos de europeização e africanização estão inseridos na idéia de centro e periferia. Idéia, que também está vinculada ao conceito de eurocentrismo pós-colonial. Mas, neste caso, o assunto é de um “centrismo” da Europa franco-germânica, muito presente nos estudos medievais, os quais apresentam o império carolíngio como irradiador da “civilização ocidental”, definindo, conseqüentemente, modelos generalizantes.

O crescimento do número de trabalhos e seminários na Alemanha que abordam a Península Ibérica e a relação entre cristãos, mouros e judeus na Idade Média tem crescido muito ao longo dos últimos anos. Esta nova tendência da medievalística alemã tem uma razão clara para todos que trabalham com o tema: combater um discurso excludente em relação aos estrangeiros, principalmente aos de confissão muçulmana. Dentro desta perspectiva, a Península Ibérica medieval, como foi apontado acima, é o melhor espaço histórico para estudar a convivência, trocas culturais, relações de tolerância e intolerância e heranças culturais entre as religiões monoteístas dentro da Europa.

O desafio para a atual historiografia não está mais na definição de centro ou periferia, porque este modelo não é mais sustentável num mundo definido por redes de comunicação, e também porque nenhuma sociedade constitui culturalmente uma unidade independente. O desafio atual é entender os mecanismos de intercâmbio e interações entre sociedades e dentro destas.

Referências Bibliográficas

BORGOLTE, M. Wie Europa seine Vielfalt fand. In: JOAS, H., WIEGANDT, K. (coord.), *Die kulturellen Werte Europas*. 2.a ed. Frankfurt am Main: Fischer, 2005, pp. 117-163.

- BORGOLTE, M. *Christen, Juden und Muselmanen*. München: Siedler Geschichte Europas, 2006, 639p.
- BURKE, P. *Kultureller Austausch*. Frankfurt am Main : Suhrkamp, 2000, 112p.
- CONRAD, S.; RANDEIRA, S. (coord.), *Jenseits des Eurozentrismus. Postkoloniale Perspektiven in den Geschichts- und Kulturwissenschaften*. Frankfurt/Main 2002, 398p.
- DEFOURNEAUX, M. *Les Français en Espagne au 11^e et 12^e siècles*. Paris : Pr. Univ. de France, 1949, 333p.
- GARCIA G., A., *Las redacciones de los decretos del Concilio de Coyanza*. Archivos Leoneses, León, v.5, n.9, pp. 25-39, 1951.
- GARCIA G., A., *El Concilio de Coyanza. Contribución al estudio del derecho canónico español en la Alta Edad Media*. Anuario de Historia del Derecho Español, Madrid, 20, pp. 275-633, 1950.
- HERBERS, K. „Europäisierung“ und „Afrikanisierung“. Zum Problem zweier wissenschaftlicher Konzepte und zu Fragen kulturellen Transfers. In: VALDEÓN B., J., HERBERS, K., RUDOLF, K. (coord.). *España y el “Sacro Imperio”: procesos de cambios, influencias y acciones recíprocas en la época de la “Europeización” (siglo XI-XIII)*. (Historia y Sociedad, Bd. 97.) Valladolid: Secretariado de Publ. e Intercambio Editorial, 2002, pp.11-31.
- RODRIGO JIMENEZ DE RADA, *Historia Arabum*. LOZANO S., J. (ed.), *Anales de la Universidad Hispalense (Filosofía y Letras, 21)*, Sevilla, 1974.
- SINGER, R. *Der Maghreb und die Pyrenäenhalbinsel bis zum Ausgang des Mittelalters*. In: HAARMANN, U. (coord.). *Geschichte der arabischen Welt*. 4^a ed. München: Beck, 2001, pp. 264-322.
- UBIETO A., A., REGLÁ, J., JOVER, J. M.. *Introducción a la Historia de la España*. 2^a ed. New York: Las Americas Publ. Co., 1965, 895p.

SILVEIRA, Aline Dias da. *Europeanization and / or Africanization of Medieval Spain: European cultural diversity and unity in discussion*. *História*, v.28, n.2, p.645-658, 2009.

Abstract: Political and social conflicts during recent years in Europe - such as immigration and terrorism - have guided humanities issues today. Regarding Middle Age research, many works and projects present a debate on European cultural diversity, which lay the foundations since the Middle Ages

through interaction and cultural exchanges between Christians, Jews and Muslims. Within the discussion, is the criticism to the idea of center and periphery within Europe itself and the world, as well as the consideration of concepts such as europeanization and africanization, used by European historiography, from the first half of the twentieth century until a few years ago. This article presents criticism to the concepts of europeanization, africanization, center, periphery, and cultural unity in the Middle Ages, in light of the New German Cultural History (*Neue Kulturgeschichte*), issues that inflame the debate in Germany today.

Keywords: Europeanization; Africanization; Medieval Spain; New German Cultural History.

Artigo recebido em 03/2009. Aprovado em 07/2009.